A. DADOS PESSOAIS

Nome: PEDRO BRITO VEIGA MONIZ LOPES

Local e Data de Nascimento: Aveiro, 16 de novembro de 1981

Nacionalidade: Portuguesa

Morada institucional:

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
 Alameda da Universidade – Cidade Universitária, 1649-014 Lisboa

2. Av. Elias Garcia, n.º 48, 1.º 1000-149, Lisboa

Telefone: 96 965 69 47

Correio eletrónico: pml@mlsa.pt | plopes@fd.ulisboa.pt

B. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

01/2016. Doutoramento em ciências jurídico-políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob orientação do Prof. Doutor David Duarte, com dissertação intitulada "*Derrotabilidade normativa e normas administrativas*". Aprovado com distinção e louvor por unanimidade (18 valores)

10/2010. Mestrado em ciências jurídico-políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob orientação do Prof. Doutor David Duarte, com dissertação intitulada "*Princípio da boa fé e decisão administrativa: estrutura e operatividade na discricionariedade conferida por normas habilitantes*". Aprovado com 18 valores

06/2006. Pós-graduação em ciências jurídico-administrativas pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

09/1999 – **07/2004.** Licenciatura em Direito (menção de ciências jurídico-políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Classificação final de 16 valores

C. EXPERIÊNCIA ACADÉMICA

1. CATEGORIA E FUNÇÕES

01/2016 - presente. Professor auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (http://www.fd.ul.pt/Faculdade/Docentes/PedroMonizLopes.aspx)

09/2008 – 09/2009 e **09/2010 – 01/2016.** Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

01/2016 – presente. Investigador principal do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (http://www.icjp.pt/cidp/investigado-res/3903/1894)

01/2013 – 01/2016. Investigador associado do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

09/2008 – **presente.** Docente do Instituto de Ciências Jurídico Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (https://www.icjp.pt/corpo-docente/docente/1894)

2. DISCIPLINAS LECCIONADAS

Regências de Doutoramento

Ano lectivo de 2018/2019: Introdução ao Direito Público Ano lectivo de 2017/2018: Introdução ao Direito Público

Regências de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Ano lectivo de 2018/2019: Direitos Fundamentais (co-regência com o Prof. Doutor David Duarte)

Ano lectivo de 2016/2017: Metodologia da Investigação Científica

Regências de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Ano lectivo de 2021/2022: Políticas Públicas Ano lectivo de 2020/2021: Políticas Públicas Ano lectivo de 2019/2020: Políticas Públicas Ano lectivo de 2018/2019: Políticas Públicas Ano lectivo de 2017/2018: Políticas Públicas Ano lectivo de 2016/2017: Políticas Públicas

Ano lectivo de 2015/2016: Cooperação Interadministrativa e Transfronteiriça (Mestrado

em Direito e Interioridade)

Regências de Licenciatura

Ano lectivo de 2020/2021: Filosofia do Direito Ano lectivo de 2020/2021: Direitos Fundamentais

Ano lectivo de 2018/2019: Direitos Fundamentais

Colaborações (Licenciatura)

Ano lectivo de 2020/2021: Direitos Fundamentais e Filosofia do Direito

Ano lectivo de 2019/2020: Direitos Fundamentais Ano lectivo de 2018/2019: Direitos Fundamentais

Ano lectivo de 2017/2018: Direito Administrativo I e II

Ano lectivo de 2016/2017: Direito Administrativo I e II e Ciência Política

Ano lectivo de 2015/2016: Direito Administrativo I e II Ano lectivo de 2014/2015: Direito Administrativo I e II Ano lectivo de 2013/2014: Direito Administrativo I e II Ano lectivo de 2012/2013: Direito Administrativo I e II

Ano lectivo de 2011/2012: Direito Administrativo I e II

Ano lectivo de 2010/2011: Direito Administrativo I e II

Ano lectivo de 2008/2009: Direito Constitucional I e II, Direitos Fundamentais e Ciência

Política

D. LÍNGUAS

Language	Oral	Reading	Oral interaction	Oral	Writing
	comprehension			production	
English	C2	C2	C2	C2	C2
Spanish	C1	C2	B2	B2	B1
French	B1	B2	B1	B1	B1
Italian	B2	B2	A2	A1	A1
German	A2	A2	A2	A2	A2

Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR).

E. EXPERIÊNCIA EXTRA-ACADÉMICA

1. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

06/2020 – presente. Advogado e consultor jurídico em prática individual.

01/2015 – **06/2020.** Sócio da Sociedade Cardigos e Associados – Sociedade de Advogados, RL (Departamento de Público, Regulação e Concorrência e de Contencioso e Arbitragem)

06/2008 – 01/2015. Advogado Associado Sénior da Sociedade Cardigos e Associados – Sociedade de Advogados, RL

07/2019 – presente. Árbitro do TAD – Tribunal Arbitral de Desporto (https://www.tri-bunalarbitraldesporto.pt/arbitragem/lista-de-arbitros/pedro-brito-veiga-moniz-lopes)

07/2014 – presente. Árbitro do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa (http://www.caad.org.pt/content/show/id/19/s/2#topmenu)

01/2014 – **presente.** Árbitro em várias arbitragens *ad hoc*.

07/2013 – **presente.** Integrou como Presidente ou vogal júris de procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes (Administração central e municipal).

06/2008 – presente. Formador e consultor para várias entidades públicas em Portugal, Moçambique, Angola e Cabo Verde.

2. ACTIVIDADE EDITORIAL E EM CENTROS DE INVESTIGAÇÃO

01/2020 – presente. Secretário-Geral do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

12/2015 – **presente.** Director Executivo da Revista *e-Pública* – *Revista Electrónica de Direito Público* (Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito de Lisboa) (http://e-publica.pt/quemsomos.html)

3. OUTRA

- Parecerista (peer reviewer) na Revista Diritto e Questioni Pubbliche Rivista di Filosofia del Diritto e Cultura Giuridica (Università degli Studi di Palermo), desde 2019.
- Parecerista (*peer reviewer*) na Revista de Direito Administrativo Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro (FGV Direito Rio), desde 2018.
- Parecerista (peer reviewer) na Revista de Ciências do Estado de Universidade Federal de Minas Gerais, desde 2018.
- Parecerista (peer reviewer) na Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Lisbon Law Review, desde 2017
- Membro fundador do LxLTG *Lisbon Legal Theory Group* (https://www.lxltg.com/), desde 2015.

- Membro da ATFD Associação de Teoria e Filosofia do Direito e Filosofia Social, desde 2015.
- Bolseiro de doutoramento da FCT Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP, de Dezembro de 2012 a Agosto de 2014.

F. ACTIVIDADE CIENTÍFICA

1. ÁREAS DE ACTIVIDADE CIENTÍFICA

Direito Administrativo: regulamentos e regulação administrativa; procedimento administrativo e discricionariedade; organização administrativa; contratação pública; direito do urbanismo.

Direito Constitucional: teoria da constituição; teoria da lei; separação dos poderes; organização do poder político; sistemas políticos e sistemas de governo; justiça constitucional.

Direitos Fundamentais: dogmática e teoria geral (teoria das regras e dos princípios); restrições e proporcionalidade; teorias da ponderação.

Teoria do Direito: teoria analítica; teoria da norma; teorias da interpretação; filosofia da linguagem; lógica deôntica.

Outras áreas científicas de interesse: políticas públicas, legística, ciência da legislação e da regulamentação e direito da regulação.

2. PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

i. Teses

- Derrotabilidade normativa e normas administrativas o enquadramento das normas regulamentares na teoria dos conflitos normativos: Parte I A estrutura da norma e a derrotabilidade normativa; Parte II Separação de poderes, legalidade e transitividade Normativa; Parte III Normas regulamentares e conflitos normativos, 2 vols., Lisboa, AAFDL, 2019 (dissertação de doutoramento)
- Princípio da boa fé e decisão administrativa estrutura e operatividade na discricionariedade conferida por normas habilitantes, Coimbra, Almedina, 2011 (dissertação de mestrado).

ii. Livros

- Contratos Administrativos e Boa Fé em especial, da relevância das condutas prévias e concomitantes à execução para a interpretação dos contratos administrativos, Lisboa, AAFDL, 2019
- Estudos de Teoria do Direito, vol. I, Lisboa, AAFDL, 2018

iii. Edição e coordenação de obras colectivas

- *O pensamento de Hans Kelsen influências, contexto e atualidade* (Coord. P. Mo-NIZ LOPES), Lisboa, AAFDL, 2020
- Legal Interpretation and Scientific Knowledge, D. DUARTE / P. MONIZ LOPES / J. SILVA SAMPAIO (Eds.), Springer, 2019
- The Role of Legal Argumentation and Human Dignity in Constitutional Courts, M. NOGUEIRA DE BRITO / G. DAMELE / R. HERDY / P. MONIZ LOPES / J. SAMPAIO (Eds.), Archiv für Rechts und Sozialphilosophie, Franz Steiner Verlag, 2019

iv. Capítulos de livros

- Dois equívocos em Kelsen a respeito da completude e consistência normativas in O pensamento de Hans Kelsen - influências, contexto e atualidade – P. MONIZ LOPES (Coord.), Lisboa, AAFDL, 2020, pp. 87-113.
- Fontes de direito regulatório: da «hard law» à (alegada) «soft law» in AA. VV.,
 Garantias de Direitos e Regulação Perspectivas de Direito Administrativo, C.
 AMADO GOMES, R. SARAIVA, R. PEDRO, F. MAÇÃS (Coord.), AAFDL, 2019, pp. 443-474.
- Naturalizing interpretation: a first approach on «hardware» and «software» determinants of legal interpretation (em co-autoria com R. FRANCO) IN D. DUARTE /
 P. MONIZ LOPES / J. SILVA SAMPAIO, Legal Interpretation and Scientific Knowledge, Springer, 2019, pp. 47-81.
- Interpretative and normative ambivalences of human dignity rights, dignity and morality in Fleming v Ireland in M. NOGUEIRA DE BRITO / G. DAMELE / R. HERDY / P. MONIZ LOPES / J. SAMPAIO (Eds.), The Role of Legal Argumentation and Human Dignity in Constitutional Courts, Archiv für Rechts und Sozialphilosophie, Franz Steiner Verlag, 2019, pp. 143-172.
- Normas de competência de tutela administrativa in AA. VV., Organização administrativa: novos actores, novos modelos, vol. II, C. AMADO GOMES, A. NEVES, T. SERRÃO (Coord.), AAFDL, 2018, pp. 755-795
- (...) the appellant's mind and her forceful clarity «is all that Marie has left»". Sobre a dignidade, a autonomia e a moral, a propósito do caso Fleming v Ireland in J. REIS NOVAIS / T. FIDALGO DE FREITAS (Coord.), A Dignidade da Pessoa Humana na Justiça Constitucional. Almedina, 2018, pp. 289-335.

- Balancing principles and a fortiori reasoning, D. DUARTE and J. SILVA SAMPAIO (Eds.), The Principle of Proportionality in Law an Analytical Approach, Springer, 2018, pp. 137-157.
- Conflitos de interesses na contratação pública: uma primeira abordagem (em coautoria com M. TERESA CAPELA) in AA. VV., Comentários à Revisão do Código dos Contratos Públicos, C. AMADO GOMES, T. SERRÃO, M. CALDEIRA, R. PEDRO (Coord.), AAFDL, 2017, pp. 437-469.
- The nature of competence norms, M.N.S. SELLERS and S. KIRSTE (Eds.), Encyclopedia of Philosophy of Law and Social Philosophy, Springer (2017), https://rd.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-94-007-6730-0_223-1
- Legal norms as hypothetical imperatives, M.N.S. SELLERS and S. KIRSTE (Eds.), Encyclopedia of Philosophy of Law and Social Philosophy, M.N.S. SELLERS and STEPHAN KIRSTE (Eds.), Springer (2017), https://rd.springer.com/reference-workentry/10.1007/978-94-007-6730-0_219-1
- Comentário ao artigo 2.º do Decreto-Preambular («Regimes Especiais») in AA. VV., O Regime de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas: Comentários à luz da Jurisprudência, C. AMADO GOMES, R. PEDRO, T. SERRÃO (Coord.), AAFDL, 2017, pp. 125-143.
- Objecto, condições e consequências da invalidade regulamentar no novo Código do Procedimento Administrativo in AA. VV., Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo, C. AMADO GOMES, A. FERNANDA NEVES, T. SER-RÃO (Coord.), AAFDL, 2015, pp. 847-879.
- Ilegalidades urbanísticas e medidas de reintegração: algumas questões a propósito da dicotomia procedimental entre licenciamento e comunicação prévia, in AAVV, A Revisão do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, Almedina, 2015, pp. 205-225.
- Licenciamento de operações de tratamento de resíduos, margem de livre apreciação administrativa e precariedade do acto final, in AA.Vv., Direito dos Resíduos, Lisboa, ERSAR/FDUL, 2014, pp. 107-129.
- Sobre as sentenças de inconstitucionalidade parcial qualitativa: enunciados constitucionais de preferência in As sentenças intermédias da justiça constitucional, coord. C. BLANCO DE MORAIS, Lisboa, AAFDL, 2009, pp. 477-577.

v. Artigos em revistas de circulação internacional com arbitragem científica

- The syntax of principles: genericity as a logical distinction between rules and principles in Ratio Juris, vol. 30, issue 4, 2017, pp. 471-490.

- Implicazioni derivanti dalla genericità nella (in)coerenza e nella (in)completezza dei sistemi giuridici in Diritto & Questione Pubbliche XVII, 2017 / 1 (giugno) | pp. 275-327.
- Princípios como induções deônticas: a previsão indutiva, o défice informativo e a derrotabilidade condicional nos princípios jurídicos, Revista Nomos, edição 1011.1, Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, Brasil (2011), pp. 197-235.

vi. Artigos em revistas nacionais

- Em defesa da admissibilidade da reserva de revogação da decisão de contratar in Revista dos Contratos Públicos, n.º 23, 2020
- A ponderação constitucional realista: pressuposições teóricas na interpretação de conceitos constitucionais e o problema da dimensão epistémica na ponderação in Jus Dictum, n.º 2, 2020
- Are we positive about positive law in a global sphere? A comment on Edouard Fromageau's "the Concept of Positive Law in Global Administrative Law" in e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público, Vol 2, n.° 3, (2015)
- O regime substantivo dos regulamentos no projecto de revisão do Código do Procedimento Administrativo: algumas considerações estruturantes in e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público, Vol. 1, n.º 1, (2014)
- Juggling insolvency and international arbitration a case study (co-aut. M. Almeida Fernandes; P. Moreira; P. Cardigos) in *Young Arbitration Review Edition*, Edition 9, April 2013, pp. 21-23.
- O valor jurídico das normas de decisão jurisprudenciais, O Direito, 140, n.º 3, (2008), pp. 645-695.

vii. Outras publicações

- Apontamentos sobre a apreciação da inconstitucionalidade de regulamentos pelos tribunais administrativos in Impugnação direta, indireta ou incidental e omissões regulamentares, Centro de Estudos Judiciários, 2020, e-book, no prelo.
- A declaração de ilegalidade por omissão de planos urbanísticos in Contencioso dos planos urbanísticos: jurisdição administrativa e fiscal, Centro de Estudos Judiciários, outubro de 2018, e-book, pp. 25-65.
- Separação de poderes, reserva de função administrativa e alocação normativa entre acto legislativo e regulamentar in AA. VV., X Encontro de Professores de Direito Público (Coord. A. GOUVEIA MARTINS, A. LEÃO, B. MAC CRORIE, P. FRAGOSO MARTINS), e-book ICJP-CIDP, 2017 (https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/e-book_x_encontroprofdirpub_0.pdf), pp. 33-83.

- Direito Administrativo I – Roteiro Prático, Jurisprudência e Exames em co-autoria com M.ª João Estorninho, S. Lopes Luís e J. Pação, Lisboa, AAFDL, 2016. Ponderação na revogação de actos administrativos inválidos, in Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda, IV, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, pp. 769-795.

3. CONFERÊNCIAS CIENTÍFICAS MAIS RELEVANTES

i. Some relevant international conferences

- Workshop «Belgrade meets Krakow meets Lisbon», University of Belgrade, Faculty of Law (Coord. MIODRAG JOVANOVIC e BOJAN SPAÍC); apresentação: "Naturalizing interpretation: a first approach on «hardware» and «software» determinants of legal interpretation". 18 e 19 Outubro de 2019.
- Symposium «The development of a Global Administrative Space and the creation of a new role for public agencies», University of Stockholm, Faculty of Law (Coord. MAURO ZAMBONI, JANE REICHEL, MARIA FARLEY); apresentação: «On the validity of a global normative framework for public agencies: a legal theory's approach to GAL». 2 Outubro de 2019.
- IVR (Internationale Vereinigung für Rechtsphilosophie), Luzern. Co-chair of Special Workshop *Legal, Moral and Epistemic Traits of Constitutional Balancing* (DAVID MARTÍNEZ-ZORRILA / JORGE SILVA SAMPAIO); apresentação: «*Generics and principled propositions*». 7 Julho de 2019.
- IVR (Internationale Vereinigung für Rechtsphilosophie), Luzern. Presentation in Special Workshop «Legal Interpretation and the Separation of Law and Morals» (co-chair GIORGIO PINO / DAVID DUARTE); apresentação: "Naturalizing interpretation: a first approach on «hardware» and «software» determinants of legal interpretation". 8 Julho de 2019.
- *3rd Meeting on Legal Theory* («Uncertainty in Law»), Lisbon University School of Law; apresentação: «*A few notes concerning the use of generics in law and legal science*» (comment of MIODRAG JOVANOVIC). 28 Julho de 2019.
- IVR (Internationale Vereinigung für Rechtsphilosophie), Lisbon, 2017, Co-chair de Special Workshop «Philosophical and normative accounts of human dignity» (MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO / JORGE SILVA SAMPAIO); apresentação: «Interpretative and normative ambivalences of human dignity and the issue of autonomy». 18 Julho de 2017.
- 1st Meeting on Legal Theory («Proportionality in Law»), Lisbon University School of Law. Comentário a GIOVANNI SARTOR «Consistency in balancing: from

- value assessment to case-based rules»; apresentação: «Balancing principles and a fortiori reasoning». 30 Julho de 2017.
- 1st Luso-Polish Conference on Legal Theory and Methodology, Coimbra University School of Law; apresentação: "Legal Science and «Juristenrecht»: the relevance of language and discourse for the conceptual distinction". 26 e 27 Abril de 2017.
- I Lisbon Meeting on Energy Law; Lisbon University School of Law. apresentação: «estabilidade regulatória e os poderes da ERSE». 24 Novembro de 2015.
- IVR (Internationale Vereinigung für Rechtsphilosophie), Washington. Special Workshop «The systemic implication of Principles Theory» (co-chair MIODRAG JOVANOVIC e DAVID DUARTE); apresentação: «The syntax of principles: genericity as a logical distinction between rules and principles». 30 Julho de 2015.

ii. Meetings e permanent workshops co-organizados no âmbito do LxLTG – Lisbon Legal Theory Group

a) Meetings co-organizados mais relevantes:

- 4th Meeting on Legal Theory («Legal positions»), Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. 10 de Setembro de 2021.
- *3rd Meeting on Legal Theory* («Uncertainty in Law»), Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. 28 de Junho de 2019.
- 2nd Meeting on Legal Theory («Legal interpretation and scientific knowledge»,
 Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. 22 Junho 2018.
- *1st Meeting on Legal Theory* («Proportionality in Law»), Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. 30 Junho 2017.

b) Permanent Workshops co-organizados mais relevantes:

- 21 de Fevereiro de 2020; Hector Morales (Universität Graz): *On the distinction between statutory and constitutional interpretation: same same, but different?* Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Sala 22.42)
- 13 de Dezembro de 2019; Christopher Wekel (Universität Graz): Legally certain weights of infringements and justifications in Constitutional Balancing. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Sala 22.42)
- 22 de Outubro de 2019; Daniel Mendonca (Universidad Católica de Asunción): On the ontology of norms. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Sala 22.42)

- 19 de Junho de 2019; Tiago Barboza (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa): Second Level Norms and the Norm of Proportionality. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Sala 22.42)
- 24 de Maio de 2019; Diego dei Vecchi (Universidad de Girona): Absolute Presumptions. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Sala 22.42)
- 23 de Abril de 2019; Giorgio Pino (Università Roma Tre): From Constitutional Interpretation to Constitutional Theory and Back Again. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Sala 22.42)
- 29 de Março de 2019; Piero Mattei-Gentili (Universidad de Girona): Customary Norms in Legal Systems: a conceptual analysis. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Sala 22.42)
- 22 de Fevereiro de 2019; Natalia Scavuzzo (Università di Genoa): Legal Statements: Norm propositions and legal science. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Sala 22.42)
- 25 de Janeiro de 2019; Julieta Rábanos (Università di Genoa): Because "they said so"? deliberation, Justification and the Concept(s) of Authority. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Sala 22.42)

iii. Conferências Nacionais mais relevantes

- II Conferência de Lisboa de Direito da Energia A transição energética e os novos desafios dos mercados energéticos. Intervenção subordinada ao tema: "A Lei n.º 31/2017: Um «nudge» para os Municípios?", 29 de Novembro de 2019.
- Conferência "As novidades no Contencioso Administrativo". Intervenção subordinada ao tema: «Tramitação processual administrativa». 18 de Novembro de 2019.
- Conferência: «*Práticas a adotar nos processos de atribuição das Concessões de Distribuição de Eletricidade em Baixa Tensão (BT)*». Intervenção subordinada ao tema: Alguns aspectos a respeito da Lei n.º 31/2017. IMPIC, 8 de Outubro de 2019.
- Conferência: «O pensamento de Hans Kelsen: Influências, Contexto e Actualidade». Intervenção subordinada ao tema: «Consistência e completude normativas em Hans Kelsen», 12 de Dezembro de 2018.
- Conferência no Centro de Estudos Judiciários sobre Contencioso dos Planos Urbanísticos. Intervenção subordinada ao tema: «A apreciação da inconstitucionalidade de regulamentos pelos tribunais administrativos». 2 de março de 2018.
- Conferência no Centro de Estudos Judiciários sobre Contencioso dos Planos Urbanísticos. Intervenção subordinada ao tema: «A declaração de ilegalidade por omissão de planos urbanísticos». 15 de dezembro de 2017.

- Conferência "Dois anos de vigência do Código do Procedimento Administrativo",
 Ordem dos Advogados. Intervenção subordinada ao tema: «A invalidade regulamentar». 25 de outubro de 2017.
- Encontro de Professores de Direito Público. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Intervenção subordinada ao tema: «Separação de Poderes e Alocação Normativa entre Lei e Regulamento». 27 e 28 de Janeiro de 2017.
- II Jornadas de Metodologia do Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sobre «Desenvolvimento judicial do Direito», organizada pelo Centro de Investigação de Direito Privado (coord. JOSÉ LAMEGO). Intervenção subordinada ao tema: «Interpretação, conflitos normativos e criação judicial do Direito». 6 de Outubro de 2016.
- Speed talk Faculdade de Direito da Universidade Nova. Intervenção e paper submetido, subordinado ao tema: «Genericity as a Logical Distinction between Rules and Principles»; comentador: JOSÉ LAMEGO, FDUL / FDUNL. 2 de Março de 2016.
- O impacto da Revisão do Regime Jurídico da Unbanização e da Edificação na Gestão Urbanística Municipal, (CCDR, Faro). Intervenção subordinada ao tema: «Medidas de tutela da legalidade urbanística e regularização de operações urbanísticas». 6 de Março de 2015.
- Conferência sobre a Revisão do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, Auditório da FDUL. Intervenção subordinada ao tema: «Medidas de tutela da legalidade urbanística e regularização de operações urbanísticas». 3 de outubro de 2014.
- A Reforma do Código do Procedimento Administrativo Auditório da Faculdade de Direito de Lisboa. Intervenção subordinada ao tema: «*Questões relativas ao regulamento administrativo*». 15 de julho de 2013.

G. ACTIVIDADE PEDAGÓGICA

1. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (ORGANIZAÇÃO)

- Curso avançado de «Análise Custo-Benefício na Actualidade» (co-org. D. DU-ARTE, J. SAMPAIO, R. FRANCO), Setembro a Novembro 2021.
- Curso de Legística e Enquadramento Constitucional da Legislação, INAPP Angola; 3 Outubro 2020 a 2 Dezembro 2020.
- Curso de Pós-Graduação em Contratação Pública, Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde; 23-27 Novembro 2020.

- Curso de Direito Administrativo da Regulação (com F. PAES MARQUES e T. FI-DALGO DE FREITAS), 2019, ICJP / FDUL.
- Curso de *Regulamentos e Redacção Normativa Regulamentar*, (com R. LAN-CEIRO), 2018, ICJP / FDUL.
- Curso de especialização em *Redação de Regulamentos* (em co-org. com R. LAN-CEIRO), Santa Casa da misericórdia de Lisboa, Junho de 2018.
- Curso de especialização em Redação de Regulamentos, ANACOM (2.ª ed.), Novembro de 2017.
- Curso de especialização em Redação de Regulamentos, ANACOM, Outubro de 2017.
- Curso de especialização em *Redação de Regulamentos* (em co-org. com R. LAN-CEIRO), FDUL, Abril/Maio de 2017.

2. CONFERÊNCIAS ORGANIZADAS

- Workshop sobre «Direito do Investimento Internacional e Energias Renováveis: um equilíbrio impossível?», org: P. MONIZ LOPES, T. FIDALGO DE FREITAS e J. M. FIGUEIREDO, 9 de Outubro de 2019.
- O pensamento de Hans Kelsen: Influências, Contexto e Actualidade, com apoio institucional do Centro de Investigação de Direito Público (ICJP - CIDP), Centro de Investigação de Direito Privado. 12, 13 e 14 de dezembro de 2018.

3. CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO (INTERVENÇÕES)

- Curso Pós-graduado em Direito da Contratação Pública, FDUL, 14 de novembro de 2019; intervenção: a decisão de não adjudicação, caducidade da adjudicação, habilitação, caução e celebração do contrato.
- Pós-graduação em Contencioso Administrativo e Tributário, Conselho Regional da Ordem dos Advogados (Faro), 25 de outubro de 2019, Ações sobre regulamentos (I): regime geral (declaração de ilegalidade com força obrigatória geral; declaração de ilegalidade sem força obrigatória geral; condenação à emissão de normas); Ações sobre regulamentos (II): a impugnação de planos urbanísticos em particular.
- Pós-Graduação em Procedimento Administrativo, Funchal, (ICJP Ordem dos Advogados), 11 de Outubro de 2019: "Regime específico do procedimento do regulamento e regime substantivo".
- Pós-graduação em Direito Bancário (CIDPriv.), 9 de outubro de 2019: "O poder regulamentar do Banco de Portugal".

- Curso aprofundado sobre o Código do Procedimento Administrativo (FDUL), 27 de junho de 2019, intervenção: regime substantivo dos regulamentos administrativos.
- Pós-Graduação de Legística (Universidade do Minho), 26 de junho de 2019, intervenção: *redacção e sistematização de regulamentos*.
- Workshop de Legística (FDUL), 3 de junho de 2019, intervenção: *redacção e sistematização de regulamentos: problemas específicos*.
- Pós-graduação em Direito Administrativo, UCP Porto, 25 de maio de 2019, intervenção: Contencioso dos Regulamentos.
- Curso de especialização em Direito Administrativo da Regulação (FDUL), 22 de Maio, intervenção: Graus de discricionariedade e standards de eficiência regulatória.
- Curso de especialização em Direito Administrativo da Regulação (FDUL), 6 de Maio, intervenção: Competências regulamentares.
- Curso de especialização em Direito Administrativo da Regulação (FDUL), 6 de Maio, intervenção: Hard law e soft law nas fontes de direito da regulação: Avisos, comunicações, recomendações e códigos de boas condutas.
- Curso de especialização (Ordem dos Advogados), 22 de Abril de 2019, intervenção: a elaboração de regulamentos.
- Pós-graduação em Contencioso Administrativo e Tributário, (FDUL), 16 de abril de 2019, Ações sobre regulamentos (I): aspectos gerais sobre o regime procedimental e substantivo dos regulamentos.
- Pós-graduação em Direito da Saúde (FDUL), 27 de Março, intervenção: as competências regulatórias da ERS.
- Curso de Formação Autárquica (FDUL), 23 de março; painel com Dr. FERNANDO MEDIDA subordinado à organização autárquica.
- Pós-graduação em Direito Desportivo (FDUL), 9 de março de 2019, *Direitos Fundamentais na Relação Desportiva*.
- Pós-graduação em Direito Administrativo, UCP Porto, 23 de fevereiro de 2019 –
 Licenciamento Único Ambiental.
- Pós-graduação em Direito Administrativo, UCP Porto, 18 de janeiro de 2019 –
 Regulamentos: do procedimento e do regime substantivo.
- Curso Pós-graduado em Direito da Contratação Pública (FDUL), 14 de janeiro de 2018; intervenção: notificação da adjudicação, anúncio da adjudicação, habilitação, caução e celebração do contrato.
- Pós-graduação em *Direito Bancário* (CIDPriv.), 17 de outubro de 2018: "O poder regulamentar do Banco de Portugal".

- Pós-graduação em Contencioso Administrativo e Tributário, Conselho Regional da Ordem dos Advogados (Faro), 25 de maio de 2018, Ações sobre regulamentos (I): regime geral (declaração de ilegalidade com força obrigatória geral; declaração de ilegalidade sem força obrigatória geral; condenação à emissão de normas); Ações sobre regulamentos (II): a impugnação de planos urbanísticos em particular.
- Curso Pós-graduado em Direito da Contratação Pública, FDUL, (17 de maio de 2018); intervenção: «a decisão de não adjudicação, caducidade da adjudicação, habilitação, caução e celebração do contrato». 20 de abril de 2018
- Pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Jurídicas de Cabo Verde *Procedimento Administrativo*, 22-26 de abril de 2018.
- Pós-graduação em Direito Administrativo, UCP Porto, 20 de abril de 2018 *Contencioso dos Regulamentos*.
- Pós-graduação em Contencioso Administrativo e Tributário, FDUL, 17 de Abril de 2018, Ações sobre regulamentos (I): aspetos gerais sobre o regime procedimental e substantivo dos regulamentos administrativos.
- Pós-graduação em Direito Desportivo (FDUL), 3 de Março de 2018, Direitos Fundamentais na Relação Desportiva.
- Pós-graduação em Direito Administrativo, UCP Porto, 27 de Janeiro de 2018 –
 Licenciamento Único Ambiental.
- Curso Pós-graduado em Direito da Contratação Pública (11 de janeiro de 2018);
 intervenção: Não adjudicação e caducidade da adjudicação.
- Pós-graduação em Direito Administrativo, UCP Porto, 16 de dezembro de 2017 –
 Regime substantivo dos Regulamentos.
- Curso Pós-Graduado de Actualização para Juízes do Estado de São Paulo (APAMAGIS), 17 de Novembro de 2017, Faculdade de Direito de Lisboa: "Princípio da boa fé em direito administrativo e regulamentos".
- Pós-graduação em *Direito Bancário* (CIDPriv.), 11 de Outubro de 2017: "O poder regulamentar do Banco de Portugal".
- Pós-graduação em Acesso à informação administrativa: "Ponderação no acesso à informação administrativa", 22 de Junho de 2017.
- Pós-graduação em Contencioso Administrativo e Tributário, FDUL, 11 de Abril de 2017, *Introdução ao regime substantivo dos regulamentos administrativos e contencioso regulamentar*.
- Pós-graduação em Direito Desportivo (FDUL), 21 de Janeiro de 2017, Direitos Fundamentais na Relação Desportiva.

- Pós-graduação em Direito do Sector Empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, FDUL, 9 de Abril de 2016, A criação de empresas públicas estaduais.
- Pós-graduação em Contencioso Administrativo e Tributário, FDUL, 09 de Março de 2016, Introdução ao regime substantivo dos regulamentos administrativos e contencioso regulamentar.
- Pós-graduação em Direito Sancionatório Administrativo, 14 de Março de 2015, As Garantias de Imparcialidade: o Problema da Cumulação de Poderes Instrutórios e de Poderes de Decisão.
- Pós-Graduação em Direito do Urbanismo e da Construção, 5 de Dezembro de 2012, Os regulamentos técnicos da edificação. As normas jurídicas e as normas técnicas.

4. CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO (INTERVENÇÃO)

- Curso de Legística (ICJP) Banco de Moçambique, Fevereiro de 2018
- Curso sobre revisão do Código do Procedimento Administrativo, FDUL, Fundamentação do Acto Administrativo, 20 de Junho de 2017
- Curso de Legística, várias edições: 2017, 2018 e 2019
- Curso avançado em *Novos Regimes do Procedimento e Processo Administrativo*, UCP Porto, 1 de julho de 2016 *Contencioso dos Regulamentos*;
- Curso de Direito dos Resíduos (FDUL), «Licenciamento de operações de gestão final de resíduos», 25 de Maio de 2013
- Curso de Direito do Urbanismo e da Construção (FDUL), 30 de Novembro de 2011, Os regulamentos técnicos da edificação. As normas jurídicas e as normas técnicas

Lisboa, Setembro de 2021

Ar-